

ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Priscila Pereira Araujo

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues. (E-mail: priscila.pereira.araujo56@gmail.com)

Viviane Marques da Costa

Orientador(a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues. (E-mail: profvivanemarques@gmail.com)

RESUMO

Este artigo tem como proposta verificar a alfabetização de alunos surdos, no contexto escolar, com o intuito de analisar como a criança com deficiência auditiva é alfabetizada nas escolas regulares, considerando a relevância dos métodos utilizados pelos professores. O presente trabalho trará uma abordagem das práticas educacionais referentes ao ensino da Libras, com o objetivo de colaborar com dados quantitativos e qualitativos no que diz respeito a educação de crianças surdas matriculadas nas escolas de ensino regular. Para tal, será feito um trabalho bibliográfico qualitativo descritivo, a fim de investigar dados obtidos em torno dessa problemática que é o processo de alfabetização de educandos surdos. Com o interesse de realizar a pesquisa seguida de uma reflexão sobre este aspecto, busca-se verificar como o surdo aprende a ler e escrever na língua portuguesa, que para ele é uma língua desconhecida, pois sua língua natural é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e é a partir dela que a criança surda se comunica com outras pessoas e aprende a língua oficial de seu país.

Palavras-chave: Alfabetização. Surdo. Libras.

LITERACY OF DEAF STUDENTS IN REGULAR EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to verify the literacy of deaf students, in the school context, with the aim of analyzing how the child with hearing impairment is literate in regular schools, considering the relevance of the methods used by teachers. The present work will bring an approach to the educational practices related to the teaching of Libras, with the objective of collaborating with quantitative and qualitative data regarding the education of deaf children enrolled in regular schools. To this end, a descriptive qualitative bibliographic work will be carried out, in order to investigate data obtained around this problem, which is the literacy process of deaf students. With the interest of carrying out the research followed by a reflection on this aspect, we seek to verify how the deaf person learns to read and write in Portuguese, which for him is an unknown language, since his natural language is the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and it is from this

that the deaf child communicates with other people and learns the official language of his country.

Keywords: Literacy. Deaf. Libras.

1. INTRODUÇÃO

O artigo proposto, é um estudo desenvolvido por meio da análise de pesquisa bibliográfica com autores renomados, a fim de verificar a partir de um processo de reflexão da prática educativa e inclusiva, o ensino de crianças surdas e sua alfabetização, visando a participação plena no ensino regular, a qual não deve ser diferente dos demais, pois possuem os mesmos direitos.

A Libras (Língua Brasileira de Sinais), vem se destacando cada vez mais no cenário atual, onde o foco nos últimos tempos têm sido temas que se referem a inclusão escolar. Sua relevância está em todos setores da sociedade, mas seu uso ainda é muito restrito, sendo apenas conhecida pelas pessoas surdas e pelas pessoas que apoiam a Comunidade Surda.

O presente trabalho trará uma abordagem das práticas educacionais referentes ao ensino da Libras, no sentido da alfabetização e letramento desse aluno surdo, visando atender às necessidades educacionais dele. Percebe-se também que a inclusão desse aluno deve ainda reconhecer as peculiaridades individuais e assim flexibilizar e/ou adaptar o ensino, por meio de estratégias distintas, e adequar a prática educativa às maneiras individuais de cada sujeito, considerando sempre o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse cenário encontra-se o movimento inclusivo que é realidade das escolas brasileiras, onde de um lado está o aluno surdo, que historicamente, em relação aos saberes escolares, sempre foi desacreditado, e do outro lado o aluno ouvinte. (GUARINELLO, 2018; TADA et al., 2018). Nesse sentido, a partir do exposto, emergiu a questão que direcionou esta pesquisa com o seguinte questionamento: como os alunos surdos matriculados em escola regular aprende a ler e escrever, ou seja, como se dá essa alfabetização?

Sendo assim, este artigo visa expor a relevância das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização de alunos surdos e saber como elas vêm sendo executadas nas escolas regulares (inclusivas). A fim da evidenciação de informações mais claras

e objetivas para este processo, será necessário fundamentar tópicos específicos, tais como:

- Apresentar como o aluno surdo aprende;
- Demonstrar a importância do ensino bilíngue;
- Evidenciar o que é um planejamento tendo como mediação o intérprete de libras;
- Verificar se há diferença entre o ensino da criança surda e da criança ouvinte;
- Analisar a prática do professor em relação ao aluno surdo.

Atualmente, as propostas metodológicas de ensino para o ensino de surdos, principalmente no processo escolar inicial, ainda se baseia no trabalho com ouvintes, ou seja, em um estudo por meio de sons, revelando total despreparo das escolas na busca de um ensino igualitário.

Essa perspectiva tem sido preponderante nas discussões sobre alfabetização no Brasil voltadas para crianças que não apresentam nenhuma deficiência. Há um investimento concomitantemente em dois processos: o de apropriação do sistema de escrita alfabética e o de interação/uso da cultura escrita em práticas sociais. Com o objetivo de responder à pergunta norteadora, este artigo envolveu pesquisa teórica, através da leitura de artigos científicos relacionados à alfabetização de surdos disponíveis na base de dados científicos Scielo, e da análise de alguns referenciais bibliográficos, documentos normativos e legislações referentes ao assunto.

2. O ENSINO DO SURDO NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1 A pedagogia surda

A Pedagogia Surda tem um sistema educativo próprio, abrangendo sem limite de lugar, podendo ser contemplada através das histórias em Libras e passadas pelos Surdos sinalizadores mais velhos. É informalmente que se percebe a evolução gradual da comunicação sinalizada que hoje é respeitada e valorizada pela comunidade Surda Brasileira.

O termo Pedagogia Surda é usado para valorizar as práticas pedagógicas que buscam atender as pessoas com deficiência auditiva de forma que se consiga incluir alunos surdos em escolas de ensino regular. Dessa forma, seu objetivo é respeitar e

valorizar as diferenças. A expressão Pedagogia para Surdos foi traduzida por Pedagogia da Diferença pela pesquisadora surda Mestre em Educação de Surdos pela UFRGS Gládis Perlin (2006). No entanto, seu conceito continua igual, respeitar as diferenças existentes entre nós e aprender com elas.

Gládis Perlin (2006), foi a primeira pessoa surda obter o título de doutora no Brasil, atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Catarina, com ênfase em educação de surdos, em sua tese de doutorado intitulada, O ser e o estar sendo surdos: Alteridade, Diferença e Identidade (2003), a pesquisadora aborda teorias, e traz narrativas, onde debate crenças limitantes e preconceitos que marcaram a história e cultura do povo surdo.

“No Brasil é comum associar a educação de pessoas surdas tendo como objetivo final o ensino do português (oral e escrito), pois ainda existem resquícios do oralismo e da comunicação total.” (MARTINS; SOUSA, 2013, pág. 88). Sabe-se que passado tanto tempo, a ideia de priorizar o ensino do português, ainda é o foco principal das escolas, percebe-se que ao longo do tempo a mentalidade das pessoas sobre a surdez continua igual, fato que se reflete não só nas escolas, mas também na sociedade.

Se as escolas ofertassem o ensino bilíngue (Libras/Português), essa realidade poderia ser diferente, pois os alunos surdos teriam melhor aproveitamento do processo ensino e aprendizagem, outro fator importante e ignorado é a contratação de professores surdos, para que as experiências vividas e as trocas culturais fossem reforçadas, “em um ambiente cujos profissionais são, em sua maioria, ouvintes **embora muitas vezes bilíngues**, é preciso o contraponto, a referência de um profissional surdo” (CAMPOS; SANTOS, 2013, pág. 32 grifos da autora). Com isso o aluno surdo se sentiria muito mais acolhido e aumentaria sua confiança, pois de nada adianta medidas educativas que não atendam de fato suas necessidades, principalmente o direito de conviver entre iguais.

Quanto aos pais, na maioria ouvinte, é importante que os mesmos também sejam usuário da Língua de Sinais para que a criança seja independente e com essa conquista, ao chegar na fase da adolescência as noções das atividades de conviver entre Surdos e ouvintes já tenha maior esclarecimento e entendimento. Na educação infantil é importante que a criança surda tenham a oportunidade de interagir na Língua de Sinais com o Instrutor, pois terá o seu desenvolvimento linguístico de maneira natural.

Para fundamentar essa pedagogia surda, resumidamente é necessário que o professor ouvinte conheça diversas didáticas, e planeje suas atividades de modo que contemplem seus alunos surdos, para elaborar assim o seu material pedagógico adequado.

A existência da Associação de Surdos deverá ser entendida como o lugar onde a Comunidade Surda tem sua interação dialógica e transforme em patrimônio de acervo de preservação da Língua de Sinais, da Cultura Surda e defesa de Direitos dos Surdos, enquanto Cidadão em todas as áreas.

2.1.1 O ensino bilíngue

O Decreto n. 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determina que se organize, para a inclusão escolar:

- I- escolas e classes, de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II- escolas bilíngues, ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Ofertar o ensino bilíngue nas escolas de ensino regular oferece aos alunos com surdez a oportunidade de trocar vivências e experimentar uma aprendizagem diferenciada. Este ensino desenvolve a capacidade de lidar com seus medos e anseios, e também aprender sobre uma nova cultura.

A proposta bilíngue não só possibilita ao aluno surdo o uso das duas línguas, como também a escolha da qual precisará utilizar em cada situação. Por isso, acredita-se que a escola de ensino regular que oferta o ensino bilíngue, mesmo com seus desafios, ainda seria a melhor opção do que a escola de ensino especial, que colabora para que os surdos se isolem cada vez mais, dentro de uma cultura de separação.

Ensinar libras nas escolas é fundamental para inclusão de crianças surdas, e seu auxílio é importante para que eles possam ter oportunidades iguais. O ensino da Libras deveria ser matéria obrigatória, um instrumento necessário para se comunicar se pensarmos em convívio social, seria muito bom ter conhecimento da língua, pois

assim poderíamos ajudar pessoas nas ruas em diversas situações do cotidiano. No art. 27 e seu parágrafo único da Lei 13.146/2015º diz que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a escola deve oferecer esse convívio e essa metodologia, pois as estatísticas mostram que no Brasil, segundo o (IBGE) o número aproximadamente de 12,7 milhões de pessoas, nascem com algum tipo de deficiência auditiva, a qual varia de moderada a grave, e dos mais variados diagnósticos. Segundo Martins e Sousa (2013, pág. 85):

Se por um lado contamos com o aumento progressivo da inclusão de crianças surdas na escola comum e o aumento do investimento na saúde auditiva, não se observa investimento semelhante em escolas cuja estrutura contemple o bilinguismo para surdos.

Certamente o descaso com a formação do professor bilíngue está diretamente ligado ao contexto cultural que se formou diante de toda a história dos surdos, enaltecendo a língua falada como a única forma de comunicação entre as pessoas, e excluído as pessoas surdas de serem participantes do processo ensino-aprendizagem o qual tanto defendemos na educação.

2.1.2 A mediação do intérprete na aprendizagem do aluno surdo

O professor tem um papel fundamental no ensino de seus alunos, deve buscar sempre inovar, usar métodos que favoreçam a aprendizagem, com riqueza de detalhes, por isso a formação continuada é de suma importância, pois muitos professores não gostam de trabalhar com alunos da inclusão por medo, por não terem uma formação adequada, por desconhecer o assunto e não estar habituado.

Mantoan (2015) aborda em seu livro uma realidade dolorosa em no meio educacional sobre professores que precisam excluir a exclusão para fora da escola aceitando o desafio de se ter um aluno da inclusão, pra que possa avançar e progredir,

mas há uma grande relutância dos professores em recebê-los, às vezes, por falta de conhecimento ou de preparo.

Ademais, isso é uma forma que professores de ensino regular usam para discriminar as crianças que não consegue ensinar jogando a responsabilidade para outros. Um professor não quer ser considerado incompetente. Para tanto, busca todos os meios para se livrar da responsabilidade, Mantoan (2015, pág. 53) argumenta que “a escola precisa se reorganizar, para que os cursos de formação inicial e continuada de professores permaneçam, de modo que as práticas de ensino contemplem a diferença”. A escola tem a função de incentivar a formação continuada de toda a equipe pedagógica.

“Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis” (MANTOAN, 2015, pág. 81).

A formação continuada é tema de amplas discussões atualmente. Busca-se com esses debates a melhoria da capacitação dos docentes para dessa forma compreender de forma mais aprofundada o processo de ensino-aprendizagem, das metodologias e dos conteúdos abordados em sala (BRECKENFELD; GUIRAUD; ROMANOWSKI, 2009).

Sendo o Pedagogo o profissional que atua nas séries iniciais da educação escolar, este possui identidade própria e é responsável pelo fazer pedagógico que ultrapassa a sala de aula, e por isso deve receber formação específica, para que possa atuar de forma a organizar e democratizar o processo educativo.

“Pensar a educação de surdos requer, minimamente, pensar os caminhos pedagógicos, suas intervenções e mediações que ocorrem nos espaços que atendem surdos, em diferentes níveis de escolaridade” (DIGIAMPIETRI; MATOS, 2013, pág. 42) assim entende-se que o que define o aprendizado do aluno surdo será uma soma de todo trabalho pedagógico voltado para ele.

Devido à ausência do estímulo auditivo o aprendizado das crianças surdas ocorre de forma tardia em relação as demais, e essa situação tende a piorar quando as crianças vão para a escola, e se veem obrigadas se adequar aos métodos tradicionais adotados pela maioria delas. “Pensar em uma proposta educacional que contemple a criança surda é, sem sombra de dúvidas, respeitar seu direito à apropriação da língua de sinais, repensando a prática em sala de aula” (MARTINS;

SOUSA, 2013, pág. 74). E para isso a presença e participação do intérprete de libras é fundamental para que ocorra esse processo de alfabetização e os professores precisam se empenhar para buscar condições favoráveis para que isso aconteça.

Mas como o aluno surdo aprende? O aluno surdo aprende através da Pedagogia Visual, prática educativa que vem ganhando força nos últimos tempos, e adotada por muitos educadores. Ela se define pelo uso de imagens para apresentar os conteúdos, busca-se com isso facilitar a aprendizagem, e defender os surdos da obrigatoriedade de aprender o português, como lhe é imposto na maioria das vezes nas escolas, e o intérprete fará essa mediação do ensino.

Na fase da alfabetização, a criança surda precisa ter acesso aos conhecimentos forma eficaz, razão pelo qual as propostas devem ser claras, concretas e com recursos visuais. A internalização das informações ocorrerá na medida em que o docente de libras estiver atento, pois o mundo dessa criança tem uma conotação visual maior em razão da surdez. (LUNA; MARCON; SOARES, 2011, pág. 70).

Toda criança surda tem direito ao acompanhamento de um intérprete de Libras e a Lei que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais é a Lei 12.319/10, que dispõe

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º. O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010).

Como mediadores tem a responsabilidade de conhecer o planejamento da aula, antecipar as possíveis dúvidas que possam surgir sobre o conteúdo e sanar todas elas, ter em mente que ele não é o professor do aluno, entretanto é parceiro do professor e tem responsabilidade pela aprendizagem do aluno surdo.

2.2 A diferença da alfabetização para alunos ouvintes e surdos.

Alfabetizar e letrar são práticas que precisam ser desenvolvidas juntas, como um processo contínuo que se constitui conforme a criança se desenvolve. O estímulo da oralidade desde cedo impulsiona esse processo. Isso porque a oralidade é uma produção cultural que se dá por meio da interação com as outras pessoas (FERREIRO, 1999).

Quando as crianças chegam na educação infantil é importante que já estejam provocadas ao processo de alfabetização e letramento, pelo estímulo da oralidade. A medida que elas crescem, percebem que tudo ao seu redor tem significado, iniciam um processo de leitura de mundo e começam a interpretar e conhecer o meio em que estão inseridas (BRIEGA, 2019).

Muito antes de ser capaz de ler, a criança entende e interpreta as funções dos objetos. Dessa forma, podemos dizer que antes de entrar na alfabetização e letramento, ela já vem com um amplo conhecimento de mundo, com curiosidades que devem ser estimuladas e aprimoradas pelos professores (GARCIA, 2008).

Ler o mundo leva a compreensão do espaço, das coisas, dos objetos e ajuda a fazer as tarefas do dia a dia. Leitura e escrita fazem parte da linguagem que pertencem ao cotidiano das crianças e dos adultos por isso, tão essencial para inserção social (BRIEGA, 2019).

Alfabetizar é oferecer condições para desenvolver a leitura e a escrita, através da habilidade de codificar a língua oral em língua escrita e vice-versa. Letrar está relacionado com a prática da leitura e da escrita no contexto social. O letramento ligado a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental envolve práticas de leitura e escrita que levam a criança a aprender a ler, escrever e interpretar essa ação (GARCIA, 2008).

Embora saibamos que existem vários projetos que visam acabar com o analfabetismo no mundo, é visível os resultados de pesquisas que apontam para um grande número de pessoas analfabetas até mesmo funcionais. Há quem diga que, antes quem tinha interesse em continuar seus estudos aprendia de forma correta, enquanto quem, muitas vezes, por falta de oportunidades desistia acabava por se tornar mais um analfabeto, acarretando assim consequências que o prejudicam uma vida inteira, afetando diretamente o lado profissional, pois ao longo da história da alfabetização muitas foram as transformações ocorridas na sociedade por meio das quais os velhos e tradicionais costumes deram lugar ao novo e moderno (FERREIRO, 1999).

2.3 A prática do professor junto ao aluno surdo no processo de alfabetização.

O objetivo da educação infantil é proporcionar às crianças a compreensão do mundo e estimular o seu desenvolvimento. Através de vivências significativas por meio do fazer e do brincar, as crianças se desenvolvem e descobrem o mundo.

Na educação infantil não se ensina a ler e escrever formalmente, mas se oferece oportunidades que ajudam as crianças a ingressar no processo nos anos iniciais do ensino fundamental. Isso se dá pelo acesso à leitura e escrita de forma lúdica e desafiadora (FREIRE, 2006).

O artigo 205 da constituição federal de 1988 destaca que,

A educação direito é de todos e dever do seu estado e família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação do trabalho (BRASIL, 1996).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) destaca que os alunos com deficiência desde a educação infantil tem direito a educação “Art. 3º inciso I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996), porém há muitas dificuldades, como a falta de atividades lúdicas para mediar a aprendizagem dos alunos, o despreparo de profissionais dentro da sala de aula, afim de se incluir verdadeiramente o aluno da inclusão.

No artigo 206 da Constituição Federal abrange vários pontos importantes como igualdade ao acesso à educação, liberdade de aprender, de expressar ideias, qualidade na educação a questão da valorização dos professores de ensino garantido o plano de ensino, mas como sabemos nem tudo ocorre de acordo com a lei, precisa ser feita muitas mudanças no processo de ensino para garantir uma qualidade de ensino as nossas crianças (BRASIL, 1988).

Complementando, Mantoan (2015, pág. 9-10) afirma que:

O Brasil mudou sua política de educação especial e melhorou em todos os aspectos- com garantia da matrícula do financiamento público e dos recursos de acessibilidade na escola comum- não significa, contudo, dizer que os nossos problemas históricos quanto à garantia do direito à educação aos estudantes com deficiência foram resolvidos.

Dessa forma, as crianças surdas devem ser instigadas ao mundo da leitura, já na educação infantil e promover o acesso, mesmo que não saibam ler e escrever, nem mesmo a língua de sinais, favorecendo assim, o contato com o letramento, o qual não visa alfabetizar, mas sim busca a inserção da criança em um contexto alfabetizador.

Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental é mais que ensinar a ler e escrever, mas a usar esses processos em seu dia a dia. Por isso, a

sala de aula precisa ser um ambiente alfabetizador, com livros, jornais, histórias, materiais diversos que ajudam os alunos a desenvolver essas habilidades (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

As crianças percebem que as representações estão por todos os lados e que precisam se apropriar e entender como se dá a comunicação, independente se são surdos ou ouvintes. Nesse sentido, a alfabetização e o letramento são entendidos como processos, onde se espera que a criança aprenda a ler, escrever e interpretar (FREIRE, 2006).

Propor atividades que envolvam as práticas sociais das crianças é alfabetizar letrando. Mais do que ensinar a ler e escrever, ensinar a usar essa prática no dia a dia. As crianças aprendem a ler e escrever pelas experiências que proporcionamos a elas, e desenvolvem as habilidades inseridas na cultura e na interação social. Assim a escrita e leitura se desenvolvem para além da escola (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

3. METODOLOGIA

O encaminhamento da pesquisa se dará pela pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica enquanto encaminhamento metodológico de estudos científicos objetiva entender o tema estudado através de contribuições teóricas dos autores consultados, considerando a produção já existente, e por se tratar de uma pesquisa bibliográfica a coleta de dados se realizará através de livros, revistas, artigos e sites específicos que norteiam o assunto.

A pesquisa bibliográfica oferece meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas já conhecidos, e também permite explorar novas áreas onde os mesmos ainda não se concretizaram o suficiente, nos concede um novo olhar sobre o objeto estudado.

Essa pesquisa bibliográfica, muito utilizada no meio acadêmico, nos permite ir além através de pesquisas já existentes para dar ainda mais fundamentos no trabalho. Através de artigos científicos é possível encontrar conhecimentos científicos atualizados e de ponta, e com isso as buscas por esses artigos constituem cada vez mais o apoio para os pesquisadores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Inclusiva que envolve o processo de alfabetização de crianças surdas tem como premissa assegurar as mesmas oportunidades a todos alunos. Por meio deste estudo objetivou-se entender “quais os desafios das crianças surdas no processo de alfabetização”, a partir do qual concluiu-se que historicamente é possível afirmar que houve avanços nesse aspecto, dentre eles o reconhecimento da LIBRAS como língua materna dos surdos e a implantação de diversas leis que valorizam e amparam a educação do surdo.

Entretanto, os dias atuais revelam um longo caminho ainda a se trilhar em relação ao processo de alfabetização das crianças surdas, mediante os desafios encontrados pelos professores no ambiente escolar.

Sabe-se que as crianças surdas apresentam dificuldades de comunicação dentro do seu meio familiar, e na escola esse reflexo é visto pela falha no amparo e na falta de conhecimento sobre a questão. Este amplia-se ao deparar-se com um ambiente escolar carente de recursos que atendam às necessidades educativas especiais do grupo, pois apesar do sistema escolar possuir uma responsabilidade de inclusão instituída por lei, na prática, requer equiparação ao ensino dado aos alunos ouvintes e maior desempenho para reverter este quadro.

No tocante a alfabetização de crianças surdas é de significativa relevância a falta de preparo e a formação dos professores para lidar com a demanda de inclusão, uma vez que cabe ao educador oferecer condições igualitárias a todos alunos, e relacionar-se bem com o intérprete de Libras, uma vez que este é o mediador. Tratando assim, do processo de alfabetização de um aluno surdo, o docente necessita de uma formação em LIBRAS, para que a partir dessa habilidade, e conhecimento utilizar de recursos pedagógicos específicos, facilitando, dessa forma, a aprendizagem na língua materna da criança e depois ensinar a segunda língua que é o português.

5. CONCLUSÃO

A influência de maior importância para o crescimento do aluno, de fato, é o(a) professor(a). Este(a) contribuirá e facilitará na aprendizagem e na formação de seu alunado, por meio de sua intervenção no processo de interação com o outro, como cognitivamente pela aquisição dos conteúdos curriculares ministrados. O(a) professor(a) deve estar preparado para desenvolver os processos de ensino e

aprendizagem na alfabetização de surdos e ouvintes. Para isso se faz necessária uma formação com qualidade, com reflexos no seu exercício profissional, garantindo assim a plenitude do domínio dos mais diversos métodos pedagógicos e da didática, promovendo o atendimento tanto das crianças ouvintes quanto das crianças surdas, principalmente durante o processo de alfabetização.

As políticas públicas de valorização dos profissionais do magistério, de atendimento às necessidades especiais e de melhorias no sistema de ensino e das próprias escolas precisam ser efetivadas. Isso só ocorrerá quando houver maiores investimentos financeiros, incluindo a valorização salarial e de formação inicial, bem como revisão das propostas pedagógicas vigentes pelo governo federal, para que consigam tornar-se concretas e de atendimento real às necessidades da sociedade.

A escola, por sua vez, como comunidade escolar, deve estar engajada no processo educacional de inclusão e de ensino-aprendizagem tanto da criança surda quanto da ouvinte, estimulando o bilinguismo, para que não haja barreiras sociais e comunicativas.

Conclui-se neste estudo que há na árdua tarefa do alfabetizador bilíngue um longo caminho a percorrer. Que o(a) professor(a), como profissional e educador, deve promover a inclusão a partir de metodologias e estratégias que facilitem a aprendizagem de surdos e ouvintes, visando à amplitude da formação e da preparação do seu alunado para a uma vida plena em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de março de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 24 março 2023.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **Você disse Libras?** O acesso do surdo à educação pelas mãos do intérprete de Libras. Araraquara: Letraria, 2019.

DUARTE, K.; ROSSI, K. Ano VI -Número 11 -Janeiro de 2008 -**Periódicos Semestral**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprocesso_alfab_ferreiro.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2023.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo. Cortez, 1999.

FREIRE, P; FREIRE. A.M.A. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ed. UNESP. 2001 a. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 43ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, A.M.A. **Paulo Freire: Uma História de vida**. 1ª Edição Editora Villa das Letras. Indaiatuba, SP. 2006.

GARCIA, Regina Leite; ZACCUR, Edwiges. **Alfabetização: reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes** São Paulo. Editora Cortez 2008 p 178 – 201.

GUARINELLO, W. W. F. **Integração social e educação de surdos: uma revisão de conceitos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Babel, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. **Educação e Sociedade**, ano XX, n. 68, Dez, 1999. Disponível em: Acesso em: 24 maio 2017.

MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MOÇO, Anderson. **Alfabetização: 6 práticas essenciais** – 6 práticas ... – Nova Escola. 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/841/alfabetizacao-6-praticas-essenciais>>. Acesso em 16 de maio de 2023.

PERLIN, Gládis T. T. **O ser e o estar sendo surdo**: alteridade, diferença e identidade. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Ceris Ribas. **Alfabetização e letramento na Infância: a criança de seis anos no Ensino Fundamental**, 2005.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VILDAL, Carmen Lúcia. **Alfabetização: um conceito em movimento Analfabetismo funcional** – Wikipédia, a enciclopédia livre Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_funcional>. Acesso em 10 de abril de 2023.